



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ADRIANA SILVA BARBOSA

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA DOS ESTOQUES

CAMPINA GRANDE

2019

ADRIANA SILVA BARBOSA

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA DOS ESTOQUES

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso Ciências Contábeis, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Auditoria Contábil.

Orientador: Me José Pericles Alves Pereira

CAMPINA GRANDE - PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B238i Barbosa, Adriana Silva.
A importância da auditoria dos estoques [manuscrito] /
Adriana Silva Barbosa. - 2019.
20 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Sociais Aplicadas, 2019.
"Orientação : Prof. Me. José Pericles Alves Pereira ,
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."
1. Auditoria. 2. Controle de estoque. 3. Estoque. I. Título
21. ed. CDD 658.78

ADRIANA SILVA BARBOSA

SUMÁRIO

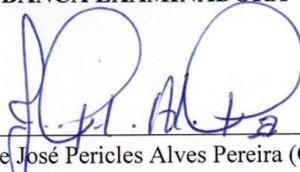
1	INTRODUÇÃO	3
2	1.1 OBJETIVO	5
3	1.2 A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA DOS ESTOQUES	5
4	1.3 Auditoria, Conceitos, Métodos e Classificações	5
5	1.4 Tipos	7
6	METODOLOGIA	7
7	RESUMÃO	7
8	CONCLUSÃO	7
9	REFERÊNCIAS	7

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso Ciências Contábeis, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Auditoria Contábil

Aprovado em: 18 / 06 / 2019.

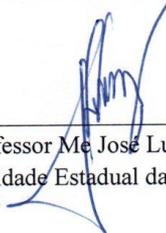
BANCA EXAMINADORA



Professor Me José Pericles Alves Pereira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Professor Me Sidney Soares de Toledo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Professor Me José Luis de Souza
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO.....	5
2REFERENCIAL TEÓRICO.....	5
2.1 Auditoria, Conceito, Métodos e Classificações.....	5
2.2 NBC TA 200	6
2.3NPA 01	8
2.4 Estoques.....	13
3METODOLOGIA.....	14
4RESULTADOS.....	15
5CONCLUSÃO.....	19
REFERÊNCIAS.....	20

RESUMO

Adriana Silva Barbosa¹

O presente artigo tem como objetivo geral descrever a importância de se auditar os estoques, e entender o porquê de ser auditado, como objetivos específicos identificar os procedimentos que deverão ser usados, analisar as consequências de não se fazer essa auditoria e discorrer sobre a finalidade de se manter um estoque consistente e verdadeiro uma vez que eles constituem uma das principais contas do ativo de muitas empresas e que se tratam de contas tangíveis, determinar a sua existência e onde poderá estar, se na empresa, em custódia de terceiros ou em trânsito, e se foram aplicados os princípios de contabilidade corretamente conferindo a exatidão dos cálculos referentes ao seu valor. A metodologia a ser utilizada trata-se de uma revisão bibliográfica qualitativa descritiva baseada em revisão e leituras de livros, e artigos extraídos da internet, entre outros. A observação dos estoques, ajudará os usuários das demonstrações a ter uma posição exata dos bens destinados a venda, uso ou transformação, sendo importante assim na apuração do lucro de cada exercício.

Palavras-chave: Auditoria. Controle. Estoques.

ABSTRACT

The purpose of this article is to describe the importance of auditing inventories and to understand why auditing, as specific objectives to identify the procedures that should be used, to analyze the consequences of not doing this audit and to discuss the purpose of if they keep a consistent and true stock since they constitute one of the major asset accounts of many companies and that these are tangible accounts, determine their existence and where they may be, whether in the company, in third party custody or in transit, and whether the accounting principles were applied correctly by checking the accuracy of the calculations referring to their value. The methodology to be used is a qualitative descriptive bibliographical review based on review and reading of books, and articles extracted from the Internet, among others. The observation of inventories will help the users of the statements to have an exact position of the goods destined for sale, use or transformation, being thus important in the calculation of the profit of each year.

Key words: Audit. Control. Inventories.

¹Aluna de graduação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba – Campus 1
Email: adrianabarbosa912@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Os estoques constituem uma das principais contas do ativo de muitas empresas e se trata de contas tangíveis, dedica-se geralmente um tempo considerável à verificação dos controles. A auditoria dos estoques tem grande importância pois será ela que irá verificar se as quantidades de bens declaradas realmente existem e verificar se os bens foram custeados e avaliados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e a consistência dos procedimentos em relação ao exercício social. Ao examinar os estoques os objetivos dos auditores será de determinar se há um bom controle. Baseado nestes princípios pergunta-se: **É importante a auditoria dos estoques nas empresas?**

Desse modo, o objetivo geral é descrever a importância de se auditar os estoques, e entender o porquê de ser auditado. Como objetivos específicos: (a) identificar os procedimentos que deverão ser usados; (b) analisar as consequências de não se fazer essa auditoria e; (c) discorrer sobre a finalidade de se manter um estoque consistente e verdadeiro.

Um procedimento como norma de auditoria geralmente aceita é a observação dos estoques, esse procedimento ajudará os auditores a atingirem vários objetivos, inclusive aqueles relativos à propriedade, quantidades, existência real e possibilidades de venda.

O trabalho justifica-se no sentido de apresentar a importância e influências dos estoques na apuração de impostos e apresentação e reflexo nas demonstrações contábeis e distribuição de dividendos. É relevante, pois trata-se de um setor preciso e importante a ser controlado pelas empresas.

O trabalho está estruturado da seguinte forma:

1 Introdução, 2 referencial teórico, 3 metodologia , 4 resultado, 5 conclusão.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 Auditoria: Conceito, Métodos e Classificações

Auditoria para muitos é a técnica utilizada pela contabilidade que tem por finalidade a verificação da autenticidade dos livros, registros e documentos.

“a auditoria é uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza azidental, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados.” Lopes de Sá (2007,p.25)

Várias razões justificam o procedimento de auditoria nas entidades.
As razões básicas da Auditoria segundo Sá:

Observação Sistemática para obter elementos de convicção para opinar sobre evidências relativas aos fenômenos da riqueza patrimonial azimonal;
Aplicação de metodologia própria à avaliação das observações sistemáticas dos elementos coletados;
Conclusão sobre as avaliações, relatadas e sumarizadas, a seguir, em opiniões definidas, de acordo com a natureza das observações, aplicações metodológicas de indagação e avaliação. (Lopes de Sá, 2007, p.27)

O trabalho da auditoria está baseado em normas relativas a pessoa do auditor, a execução dos trabalhos e a opinião.

A metodologia do trabalho do auditor fundamenta-se em:

- Previsão e planejamento
- Execução e acompanhamento
- Avaliação rigorosa

Para Sá: As classes de auditoria variam de acordo com o tratamento que se dá ao objeto de auditoria.

A variação decorre das diferentes necessidades, podendo mudar de processos, que não se deve admitir como autonomia, mas, sim como derivação de um mesmo método.

Existem duas classes fundamentais de auditoria:

Quanto ao processo indagativo:

Auditoria Geral, Sintética ou de Balanço;

Auditoria Detalhada ou Analítica.

Forma de intervenção:

Interna;

Externa ou Independente.

Quanto ao tempo:

Auditoria contínua ou de acompanhamento;

Auditoria Periódica.

Quanto a natureza:

Auditoria Normal;

Auditoria Especial.

Quanto ao limite:

Total;

Parcial. Lopes de Sá, (2007, 37, 43)

2.2NBC TA 200 - Normas Técnicas de Auditoria Independente

Aprova a NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria.

Data de vigência: 1º de janeiro de 2010.

Alcance: especificamente, ela expõe os objetivos gerais do auditor independente e explica a natureza e o alcance de uma auditoria desenhada para possibilitar ao auditor independente o cumprimento desses objetivos, estabelecendo as responsabilidades gerais do auditor independente aplicáveis em todas as auditorias, inclusive a obrigação de atender todas as NBC TA's

Síntese: ao conduzir uma auditoria de demonstrações contábeis, os objetivos gerais do auditor são:

- (a) Obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, devido a fraude ou erro, possibilitando assim que o auditor expresse uma opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável; e
 - (b) Apresentar parecer sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se como exigido pelas NBC TAs, em conformidade com as constatações do auditor.
- Em todos os casos em que não for possível obter segurança razoável e uma opinião com ressalva no relatório do auditor for insuficiente, as NBC TAs exigem que o auditor se abstenha de emitir uma opinião ou renuncie ao trabalho, quando a renúncia for possível de acordo com lei ou regulamentação aplicável.

Definições: Para fins das NBC TAs, os seguintes termos possuem os significados atribuídos a seguir:

- a) Estrutura de relatório financeiro aplicável – A estrutura de relatório financeiro adotada pela administração e, quando adequado, pelos responsáveis pela governança na elaboração das demonstrações contábeis, que é aceitável em vista da natureza da entidade e do objetivo das demonstrações contábeis ou que seja exigida por lei ou regulamento.
- (b) Evidências de auditoria – Informações usadas pelo auditor para chegar às conclusões em que baseia a sua opinião. As evidências de auditoria incluem informações contidas nos registros contábeis subjacentes às demonstrações contábeis e outras informações.
- (c) Risco de auditoria é o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante. O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção.

2.3 NPA 01 - Norma de Procedimento de Auditoria 01 – IBRACON

Parecer dos Auditores Independentes sobre Demonstrações Contábeis

O objetivo do Pronunciamento é o de orientar os auditores independentes quanto à forma e ao conteúdo de seu parecer, emitido como resultado da auditoria independente das demonstrações contábeis de qualquer entidade.

Este Pronunciamento não se aplica a demonstrações contábeis não auditadas cuja preparação ou ajuda na preparação tenha sido solicitada a um auditor e, tampouco, se aplica a relatórios sobre informação contábil incompleta ou resumida ou a respeito de outras apresentações especiais.

As Normas Profissionais de Auditoria Independente compreendem:

- Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis;
- Normas Profissionais de Auditor Independente;
- Orientações sobre Educação e Formação Técnica e Profissional do Auditor.

A auditoria independente das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a adequação com que estas representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da entidade auditada, consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação específica no que for pertinente.

Normas de Auditoria Independente definem que o auditor deve obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas, abrangendo os seguintes aspectos:

- a. Se as demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com práticas contábeis adequadas e condizentes com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.
- b. Se as demonstrações contábeis atendem aos principais requisitos legais, regulamentares e societários.
- c. Se o conjunto das informações apresentadas pelas demonstrações contábeis é condizente com o conhecimento do auditor sobre os negócios e as práticas operacionais da entidade.
- d. Se há apropriada divulgação de todos os assuntos relevantes para uma adequada apresentação das demonstrações contábeis.

O parecer dos auditores independentes é o documento mediante o qual o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre as demonstrações contábeis quanto ao

adequado atendimento, ou não, a todos os aspectos relevantes dos assuntos tratados no item anterior.

O parecer emitido pelo auditor independente compõe-se, basicamente, de três parágrafos, como se segue:

- a. Parágrafo referente à identificação das demonstrações contábeis e à definição das responsabilidades da administração e dos auditores.
- b. Parágrafo referente à extensão dos trabalhos.
- c. Parágrafo referente à opinião sobre as demonstrações contábeis.

Geral - Considerando que o auditor, ao emitir seu parecer, assume responsabilidade inclusive de ordem pública, é essencial que nesse sejam incluídos os elementos básicos discriminados nos parágrafos seguintes.

O título "Parecer dos Auditores Independentes" deve ser usado, conforme definido nas Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis. Isso ajuda o leitor a identificá-lo e distingui-lo dos pareceres ou relatórios emitidos por outros órgãos, como, por exemplo, o da administração e o do conselho fiscal.

Destinatário - Normalmente, o parecer deve ser endereçado aos acionistas e/ou à administração da entidade cujas demonstrações contábeis estejam sendo auditadas. Em outras circunstâncias, o parecer deverá ser dirigido ao contratante dos serviços.

Identificação das demonstrações contábeis - O parecer deve identificar as demonstrações contábeis sobre as quais o auditor está expressando sua opinião, indicando o nome da entidade a que correspondem, bem como a(s) data(s) e período(s) abrangido(s).

Responsabilidades - O auditor deve mencionar, no seu parecer, as responsabilidades da administração e as suas, de modo a evidenciar que:

- a. A administração é responsável pela preparação e conteúdo das demonstrações contábeis;
- b. O auditor independente é responsável por expressar opinião sobre as demonstrações contábeis como resultado do seu exame.

Referência à extensão dos trabalhos - O auditor deve, no seu parecer, declarar se o exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria. Normas de auditoria significam aquelas emitidas ou aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Na ausência de disposições específicas, prevalecem as normas já consagradas pela Profissão Contábil, formalizadas ou não pelos seus organismos próprios.

O parecer deverá, ainda, conter a descrição concisa dos trabalhos executados pelo auditor, compreendendo: planejamento dos trabalhos; avaliação do sistema contábil e de

controles internos da entidade; execução dos exames com base em testes; avaliação das práticas e das estimativas contábeis adotadas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Opinião sobre as demonstrações contábeis - O parecer deve expressar, claramente, a opinião do auditor sobre se as demonstrações contábeis da entidade representam adequadamente ou não representam, em todos os aspectos relevantes:

- a. sua posição patrimonial e financeira;
- b. o resultado de suas operações para o período a que correspondem;
- c. as mutações de seu patrimônio líquido para o período a que correspondem;
- d. as origens e aplicações de seus recursos para o período a que correspondem.

A opinião do auditor deve ter como base e fazer referência aos Princípios Fundamentais de Contabilidade como definidos e aceitos em nosso país.

Data do parecer - O parecer deve ser datado, visando informar ao leitor que o auditor considerou o efeito, sobre as demonstrações contábeis e sobre seu parecer, de eventos ou transações da entidade, dos quais ele teve conhecimento, ocorridos entre a data de encerramento do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data do parecer.

Assinatura - O parecer dos auditores independentes deve ser assinado pelo contador responsável pelos trabalhos e conter seu número de registro no Conselho Regional de Contabilidade. Caso o trabalho tenha sido executado por empresa de auditoria, seu nome e seu número de registro no Conselho Regional de Contabilidade também devem constar no parecer.

Endereço do auditor - O parecer dos auditores independentes deve indicar, ainda, o endereço do auditor, bastando para tal a menção da cidade onde o auditor tem o escritório responsável pelo atendimento à entidade a que se refere o parecer.

Para fins das Normas de Auditoria vigentes no Brasil e no que se refere a seu significado no parecer dos auditores, a expressão "Princípios Fundamentais de Contabilidade" é um termo técnico-contábil que compreende os princípios, convenções, regras, normas e procedimentos que definem as práticas contábeis aceitas num período determinado.

Incluem, assim, os parâmetros ou princípios de aplicação geral, como também as práticas e procedimentos detalhados. Tais Princípios Fundamentais de Contabilidade proporcionam regras de avaliação e apresentação das informações contábeis.

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade são aqueles vigentes e aceitos pela profissão contábil em nosso país, considerados como tais os constantes das Resoluções do

Conselho Federal de Contabilidade e dos pronunciamentos do IBRACON. Outros organismos, tais como a Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil, a Superintendência de Seguros Privados etc., emitem normas reguladoras às instituições sujeitas às suas regras. Tais normas devem ser avaliadas pelos auditores quanto à sua consonância em relação aos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

O julgamento do auditor - A opinião do auditor de que as demonstrações contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos de uma entidade, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, deve ser baseada no seu julgamento de que:

- a. As práticas contábeis utilizadas são de aceitação geral e apropriadas às circunstâncias;
- b. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, contém informações suficientes sobre assuntos que possam afetar seu uso, entendimento e interpretação;
- c. As informações apresentadas nas demonstrações contábeis estão classificadas e agrupadas de uma maneira apropriada.

O julgamento do auditor e a expressão, na sua opinião, de que "representam adequadamente" consideram as demonstrações contábeis tomadas em conjunto e tal julgamento e opinião devem ser formados em relação a padrões preestabelecidos, que, no caso, são os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Tais princípios reconhecem que a contabilização das transações requer o uso de aproximações e estimativas, sujeitas a um julgamento profissional fundamentado, pois muitos itens, nas demonstrações contábeis, não podem ser avaliados com precisão. Portanto, quando o auditor se refere à adequação da apresentação, não pretende que seja absoluta. Antes, o auditor está declarando que, dentro de uma margem razoável de tolerância, as demonstrações contábeis estão sendo apresentadas numa base apropriada para o conjunto de atividades da entidade.

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade estão estabelecidos para permitir ao auditor compreensão e formação de sua opinião. Há, todavia, diversas circunstâncias particulares que requerem do auditor um julgamento quanto à aceitação de determinadas práticas contábeis. Especificar as circunstâncias em que determinada prática contábil, dentre outras práticas alternativas, deve ser aplicada, é função de órgãos que possuam autoridade e competência para estabelecer princípios contábeis. Quando, em determinadas circunstâncias, os critérios para aplicação de uma, entre as práticas contábeis alternativas, não tiverem sido estabelecidos, o auditor pode concluir que mais de uma prática contábil é apropriada para

aquelas circunstâncias. O auditor deve reconhecer, entretanto, que pode haver casos para os quais a escolha e aplicação de uma prática contábil específica, dentre outras alternativas, pode tornar errônea a interpretação das demonstrações contábeis no seu conjunto.

Na ausência de práticas contábeis estabelecidas, o auditor deverá considerar outras fontes possíveis, tais como:

- a. pronunciamentos de aceitação geral emitidos por outras associações profissionais reconhecidas, como é o caso do International Accounting Standards Committee (IASC);
- b. práticas específicas de um determinado tipo de atividade;
- c. normas legais ou regulamentares definidas por órgãos reguladores;
- d. legislação tributária.

Se, todavia, houver conflitos geradores de discrepâncias ou divergências entre as normas contábeis determinadas por órgãos reguladores ou pela legislação tributária em relação aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, o auditor independente deve considerar tais divergências como desvios aos princípios contábeis aceitáveis e expressar parecer com a ressalva necessária, já que sua opinião tem como base e padrão os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

O parecer dos auditores independentes, segundo a natureza da opinião que contém, classifica-se em:

- a. parecer sem ressalva;
- b. parecer com ressalva;
- c. parecer adverso;
- d. parecer com abstenção de opinião.

O parecer sem ressalva é emitido quando o auditor está convencido sobre todos os aspectos relevantes dos assuntos tratados no item 4 deste Pronunciamento. O parecer do auditor independente deve expressar essa convicção de forma clara e objetiva.

O parecer sem ressalva implica afirmação de que, em tendo havido alterações em princípios contábeis ou no método de sua aplicação, o fato e os efeitos dele decorrentes foram adequadamente determinados e revelados nas demonstrações contábeis e/ou nas notas explicativas.

O auditor não deve emitir um parecer sem ressalva quando existirem quaisquer das circunstâncias seguintes, que, na sua opinião, tenham efeitos relevantes para as demonstrações contábeis

O parecer com ressalva é emitido quando o auditor conclui que o efeito de qualquer discordância ou restrição na extensão de um trabalho não é de tal magnitude que requeira parecer adverso ou abstenção de opinião. O parecer com ressalva deve obedecer ao modelo do parecer sem ressalva, com a utilização das expressões "exceto por", "exceto quanto" ou "com exceção de", referindo-se aos efeitos do assunto objeto da ressalva. Não é aceitável nenhuma outra expressão na redação desse tipo de parecer.

O auditor deve emitir parecer adverso quando verificar que as demonstrações contábeis estão incorretas ou incompletas, em tal magnitude que impossibilite a emissão do parecer com ressalvas.

Assim, parecer adverso é o que exprime a opinião de que as demonstrações contábeis não representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, nem o resultado das operações, e/ou as mutações do patrimônio líquido, e/ou as origens e aplicações de recursos de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

O auditor deve, portanto, emitir parecer adverso quando verificar efeitos que, em sua opinião, comprometam em tal magnitude das demonstrações contábeis examinadas a ponto de não ser suficiente a simples ressalva no parecer. Nessas circunstâncias, uma ressalva não é considerada apropriada, uma vez que o auditor possui informações suficientes para declarar que as demonstrações contábeis não estão adequadamente apresentadas.

O parecer com abstenção de opinião é emitido quando houver uma limitação significativa na extensão de seus exames que impossibilite o auditor expressar opinião sobre as demonstrações contábeis por não ter obtido comprovação suficiente para fundamentá-la.

Basicamente, são as seguintes as circunstâncias que impedem o auditor de emitir um parecer sem ressalva:

- a. Discordância com a administração da entidade a respeito do conteúdo e/ou forma de apresentação das demonstrações contábeis.
- b. Limitação da extensão do seu trabalho.

2.4 Estoques

Os estoques são bens destinados para uso, consumo, transformação ou vendas, dependendo do tipo de entidade.

O CPC 16 que trata sobre Estoques diz que “Estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, em processo de produção para venda ou na forma de materiais, suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessário para se concretizar a venda.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda do estoque no curso normal dos negócios. O valor justo reflete o preço pelo qual uma transação ordenada para a venda do mesmo estoque no mercado principal (ou mais vantajoso) para esse estoque ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração. O primeiro é um valor específico para a entidade, ao passo que o segundo já não é. Por isso, o valor realizável líquido dos estoques pode não ser equivalente ao valor justo deduzido dos gastos necessários para a respectiva venda.

Os estoques compreendem bens adquiridos e destinados à venda, incluindo, por exemplo, mercadorias compradas por varejista para revenda ou terrenos e outros imóveis para revenda. Os estoques também compreendem produtos acabados e produtos em processo de produção pela entidade e incluem matérias-primas e materiais, aguardando utilização no processo de produção, tais como: componentes, embalagens e material de consumo. Os custos incorridos para cumprir o contrato com o cliente, que não resultam em estoques (ou ativos dentro do alcance de outro pronunciamento), devem ser contabilizados de acordo com o CPC 47–Receita de Contrato com Cliente. (<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/pronunciamentos/pronunciamento?ID=47>)

Emitidos/pronunciamentos/pronunciamento?ID=47)

3METODOLOGIA

A metodologia utilizada trata-se de uma revisão bibliográfica qualitativa descritiva, que consiste em reunir informações e dados que servirão de base para a construção da investigação que envolve um tema ou problema baseada em revisão e leituras de livros, e artigos extraídos da internet, entre outros.

Barros &Lehfeld (2009, p.34) definiram pesquisa descritiva e bibliográfica da seguinte maneira:

Pesquisa descritiva: descrição do objeto por meio da observação e do levantamento de dados ou ainda pela pesquisa bibliográfica e documental.

Pesquisa bibliográfica e documentais, procura-se adquirir conhecimentos sobre um objeto de pesquisa a partir da busca de informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado.

Para Gil (2010, p.29)

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, teses, dissertações e anais de eventos científicos...bem como o material disponibilizado pela internet.

Segundo Silva (2006, p.54)

A pesquisa bibliográfica – é um tipo de pesquisa realizada pela maioria dos pesquisadores mesmo em seu preâmbulo. Essa pesquisa explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas,

periódicos, artigos científicos etc. Podem ocorrer pesquisas exclusivamente com base em fontes bibliográficas.

Flick (2007, p. 20) diz:

As ideias centrais que conduzem a pesquisa qualitativa diferem daquelas empregadas na pesquisa quantitativa. Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consiste na escolha correta de métodos e teorias oportunos, no conhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento, e na variedade de abordagens e métodos.

4 RESULTADOS

Um dos procedimentos na auditoria dos estoques é o inventário físico que representa um procedimento de controle que visa apurar as responsabilidades das pessoas que custodiam bens da empresa e adequar os registros contábeis a real situação existente, primeiro deve-se inventariar os bens e depois confrontar os itens inventariados com os registros perpétuos de estoques e finalmente ajustar esses registros com o razão geral. Antes de iniciar a contagem física dos estoques deve haver as instruções específicas a todos os empregados sobre o que fazer durante os procedimentos e o auditor deve rever os planos de levantamento físico dos usuários, antes da data da contagem, projetar seus procedimentos de acordo com esses planos. O objetivo da auditoria é de determinar se há um bom controle de estoque, se o usuário é realmente o proprietário, determinar as quantidades em seu poder, averiguar e ter certeza de que atribui preço adequado, se há ônus sobre o estoque, determinar a possibilidade de venda do estoque existente, atentando para indícios, tais como mercadoria danificada, itens obsoletos etc e a forma correta de apresentação do estoque nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos de auditoria para os estoques é o conjunto de técnicas usadas pelos auditores que permitem a eles obter evidências ou provas capazes e adequadas para fundamentar sua opinião, e englobam testes de observância e testes substantivos. Os testes de observância oferecem ao auditor uma margem de segurança de que os procedimentos de controle interno adquiridas pela gestão da empresa auditada estão em pleno funcionamento. Já os testes substantivos tem o objetivo de obter evidências quanto a suficiência, precisão e validade das informações geradas pela contabilidade da empresa.

Os estoques são compostos de acordo com o tipo de empresa:

Mercadorias para revenda – todos os materiais que são adquiridos de terceiros para revenda;
Produtos acabados – produtos prontos e que foram produzidos na empresa e são

disponibilizados para revenda;
Produtos em elaboração – Bens já requisitados, mas estão em processo de transformação e todos os custos diretos e indiretos relacionados com a produção ainda não concluídas no encerramento do balanço;
Matérias-primas – são os materiais que irão ser usados na produção;
Materiais auxiliares – todos os materiais destinados a manutenção das atividades da produção e de consumo geral;
Material de embalagem – materiais destinados a embalem ou acondicionamento dos produtos acabados.
Importações em andamento – reuni todos os custos já incorridos relacionados a importação em andamento realizadas pela empresa;
Almoxarifado – envolve todos os materiais de estoque de consumo em geral, podendo incluir produtos de alimentação do pessoal, materiais de escritório, peças em geral e uma diversidade de itens.

Por questão de controle e para fins contábeis, muitas empresas já lançam tais estoques como despesas no momento da compra, simplesmente para manter um controle quantitativo, pois muitas vezes a quantidade de materiais é relevante, mas de pequeno valor, não afetando os resultados. Os estoques devem ter por parte do auditor fiscal uma atenção especial, pois a sua avaliação no início e no fim do período contábil, refletirá diretamente na apuração do Lucro Líquido de cada exercício, pois terá efeito no custo dos produtos vendidos.

Inventário Físico

Alguns pontos deverão ser observados para a realização do inventário físico como:

O local
Bens que serão inventariados
Dias e horas
Determinar função de cada participante
Os equipamentos e utensílios
Layout
O estoque devem ser previamente arrumados
O corte das operações
Na execução das contagens as etiquetas de contagens deverão ser pré-numeradas sequencialmente e confeccionada em três partes descartáveis,

Outros pontos a ser observados:

Um inventariante não deverá participar da primeira e da segunda contagem de um mesmo bem;
Poderão ser utilizadas folhas de contagens em vez de etiquetas;
O coordenador do inventário deverá estar alerta para produtos em trânsito de um local para outro, os produtos de lento movimento, estragados e o bsolutos devem ser identificados para facilitar a avaliação dos estoques;
Os produtos de terceiros em poder da empresa deverão ser contados e o resultado das

contagens confrontado com os controles extracontábeis, pois não poderão ser incluídos no inventário.
--

Os principais procedimentos de auditoria são a verificação da existência física onde o auditor irá ler as instruções da empresa para o levantamento do inventário observando os seguintes detalhes:

O planejamento, controle de etiquetas, corte das operações, movimentação externa e interna de produtos e identificação dos produtos;
Ler os papéis de trabalho do exercício anterior;
Obter o valor aproximado do estoque em cada local da empresa e determinar os locais que serão visitados pelos auditores;
Visitar os locais onde serão estocados as matérias-primas e produtos;
Conversar com o chefe do departamento de Auditoria Interna sobre a possibilidade da utilização ou participação dos auditores internos no levantamento físico;
Determinar os auditores externos necessários para as contagens.

Durante as contagens o auditor deve efetuar os seguintes procedimentos:

Verificar se os participantes estão seguindo as instruções do inventário físico;
Efetuar testes de contagens, confrontando de imediato com as anotadas pelos participantes e extinguir quaisquer dúvidas porventura existente;
Preparar papel de trabalho de testes de contagens de itens de maior valor monetário para posterior comparação com as relações finais de inventário;
Observar e perguntar quanto às matérias-primas e produtos obsoletos estragados ou de movimento lento;
Observar se foram adotados procedimentos adequados para os produtos faturados e não entregues e para as matérias-primas recebidas durante o inventário físico;
Preparar papel de trabalho do cutoff(corte das operações – é o momento em que os registros e documentos contábeis, refletem o levantamento do inventário. Considera-se o que está registrado até aquele momento no inventário e excluí os posteriores registros, que equivale a materiais não registrados até o momento do corte e não devem ser inventariados) dos documentos de entrada e saída;
Elaborar cutoff das etiquetas de contagens (emitidas, utilizadas, canceladas e em branco);

Nos casos de estoques em poder de terceiros pedir confirmação ao custodiante cobrindo os seguintes pontos:

Que o estoque da propriedade da empresa auditada, se encontra em boas condições e se está livre de ônus
Se os estoque em poder de terceiros o valor é relevante
estoques de propriedades de terceiros, armazenadas nas dependências de empresa, foram contados, confrontando com os controles extracontábeis e excluir das listagens finais de inventário, se necessário pedir confirmação uma vez que o valor envolvido seja relevante;

Executar os seguintes procedimentos de auditoria em data posterior à do inventário físico:
Ver a inclusão dos itens testados pelo auditores nas relações finais de inventário;
Examinar as relações finais de inventário atentando para produtos ou matérias-primas de valor significativo que não tenha sido contados pelos auditores;
Testar o cutoff de entradas e saídas, observando se os documentos foram contabilizados no mês de sua competência;
Testar cutoff de etiquetas com a relação final de inventário.
Se a empresa procedeu a contagem física em data anterior à do fim do exercício social, revisar a movimentação dos estoques nesse período, observando se não existem transações anormais e significativas;
Verificar se as diferenças de inventários foram adequadamente apuradas, investigadas e analisadas quando anormais, e se os registros perpétuos de estoques e o razão geral foram devidamente ajustados.
No teste de avaliação o auditor deve revisar o sistema de alocação de custos aos estoques;
Se o somatório das relações finais de inventário concorda com os saldos das respectivas contas do razão geral da contabilidade;
Selecionar matérias-primas, produtos em processo e produtos acabados para testes, com base nas relações finais de inventário.

A matéria-prima deverá ser testada da seguinte forma:

Conferir as informações com os registros perpétuos de estoques;
Verificar se as quantidades multiplicadas pelo custo unitário são iguais ao custo total;
Revisar os cálculos de apuração dos custos unitários durante o exercício social sob exame de acordo com o método utilizado pela empresa (custo médio, PEPS, UEPS entre outros) e com base no registro de estoque, comparar o custo unitário atual com o do ano anterior e investigar quaisquer anormalidades, comparar o custo unitário atual com o custo de reposição afim de constatar se o custo não está inferior ao valor de mercado

Nas demonstrações financeiras os estoques são apresentados como ativo circulante no balanço patrimonial, as bases aceitas são as de preço de custo ou de mercado, dos dois o menor, os itens obsoletos ou de pouca movimentação podem ser lançados pelo valor nominal, e na descrição dos estoques deve conter indicação do método usado para o custeio.

5 CONCLUSÃO

Através desse trabalho se pode verificar que a auditoria dos estoques é de grande importância, pois se pode entender que quando não se é auditado não existe a possibilidade de se manter

um estoque consistente e verdadeiro, sabendo que eles constituem uma das principais contas do ativo de muitas empresas e que se tratam de contas tangíveis, confirmando a sua existência e sua localização, e a verificação da aplicação dos princípios de contabilidade corretamente conferindo a exatidão dos cálculos referentes ao seu valor. Seguindo todos os procedimentos identificamos e analisamos que a observação dos estoques, ajuda os usuários das demonstrações a ter uma posição exata dos bens destinados a venda, uso ou transformação, sendo importante assim na apuração do lucro de cada exercício, baseado nesse aspecto conclui-se que o controle e o acompanhamento dos estoques é de fundamental importância para a gestão trazendo influências ainda na distribuição dos dividendos no apuração e recolhimento dos impostos e nas mutações do patrimônio líquido.

As limitações do trabalho foi por ser uma área carente de certas bibliografias, sugiro para o futuro trabalhos mais aprofundados nessa área, pois é de fundamental importância na apuração do resultado da empresa.

REFERÊNCIAS

- ATTIE, William. **Auditoria Conceitos e Aplicações**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria Um Curso Moderno e Completo** 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes de, LEHFELD; Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa: Propostas Metodológicas**. 18ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis: **CPC**, Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis
<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=47>
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso de Auditoria Teoria e Prática**. 9ª Ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- GELATTI, Cristiane Braidá, MENEGHETTI; Daniela, FREITAS, Renata Oliveira de; TRINDADE, Larissa de Lima. **A importância da Auditoria dos Estoques**. Periódicos da Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
<https://auditando.wordpress.com/2017/10/02/resumo-da-nbc-ta-200/>
- NPA-01 Norma Brasileira de Procedimento de Auditoria 01 – IBRACON. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npa1.htm>. Acessado em 26/06/2019.
- SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de Auditoria**. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- SILVA, Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.